

Autoavaliação em escolas do Alentejo: Medidas de apoio para a construção de um processo formal.

Gomes, S. ¹; & Fialho, I. ²

¹ Agrupamento de Escolas de Castro Verde

² Centro de Investigação em Educação e Psicologia, Universidade de Évora

Email: scsdgomes@gmail.com; ifialho@uevora.pt

Resumo

Nos últimos anos, as escolas portuguesas têm vindo a ser confrontadas com a exigência de adoção de uma proposta reguladora que, valorizando a necessidade de se autoavaliarem, tem associada a ideia de qualidade e boas práticas na prestação do serviço educativo. Perante este desafio, têm manifestado dificuldades, evidenciando necessidade de apoio na construção dos referenciais de suporte a uma autoavaliação formal.

Motivadas por esta necessidade, levámos a cabo uma investigação³ que, sustentada na explicitação de um quadro teórico resultante de uma reconfiguração dos conceitos básicos que interligam escola e avaliação, e recorrendo a uma metodologia mista, contemplou um estudo exploratório em 39 escolas do Alentejo, seguido de um estudo mais aprofundado de quatro escolas.

Propusemo-nos *conhecer práticas de autoavaliação institucional, compreender os fatores que têm facilitado e dificultado a assunção de práticas de autoavaliação sistematizadas e, com base neles, delinear propostas de apoio à autoavaliação*, tendo, para tal, perseguido os seguintes objetivos específicos: caraterizar práticas de autoavaliação de escola; identificar boas práticas de autoavaliação nas escolas; identificar, descrever e analisar os constrangimentos que impedem as escolas de assumirem práticas de autoavaliação sistematizadas; identificar, descrever e analisar os fatores que facilitam o trabalho das escolas na implementação de práticas de autoavaliação sistematizadas; e elaborar propostas de apoio à autoavaliação das escolas.

Constatámos que a maioria das escolas em análise não dedicava a devida atenção à autoavaliação institucional até à sua participação no Programa de Avaliação Externa das Escolas, despertando aí quer para a importância e necessidade de processos de avaliação formais e abrangentes, quer para o reconhecimento da inconsistência e ineficácia das práticas assumidas. Embora haja indícios de que, nos últimos anos, se tem vindo a efetuar bastante trabalho a este nível, as escolas continuam a manifestar dificuldades na condução dos processos técnico-burocráticos e no *saber fazê-los* de forma abrangente e participada. Revela-se necessário apostar, com firmeza e convicção, numa estratégia inovadora, de incentivo e apoio às escolas, que seja capaz de conduzir ao desenvolvimento organizacional necessário à construção de uma autoavaliação com sentido, promotora da melhoria da qualidade desejada.

Palavras-Chave: Avaliação das escolas; Desenvolvimento organizacional; Qualidade; Autoavaliação; Avaliação externa.

1 Problemática em estudo

A investigação que levámos a cabo dá enfoque e desenvolve a temática da avaliação das organizações escolares, temática esta que tem vindo a ganhar um interesse e centralidade crescentes, quer pela importância dos seus resultados na implementação de processos de melhoria, quer por poder proporcionar informações às entidades externas com responsabilidades assumidas na avaliação. A avaliação das escolas constitui-se, de facto, uma forma de regulação política fundamental para a gestão e melhoria da qualidade, uma estratégia a privilegiar para o aperfeiçoamento pedagógico, administrativo e organizativo, para além de um exercício imprescindível para dar passos mais seguros na construção da sua autonomia.

³ Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PTDC/CPE-CED/116674/2010.

Nesta conjuntura, as escolas – atualmente encaradas como as únicas responsáveis pela qualidade educativa que oferecem, com potencial para compensar as assimetrias socioculturais – têm vindo a ser confrontadas com a exigência de adoção de uma proposta reguladora que, valorizando a necessidade de se autoavaliarem, tem associada a ideia de qualidade e boas práticas na prestação do serviço educativo.

Em Portugal, tem-se vindo a apostar na instituição de uma verdadeira cultura de avaliação nas escolas, através da publicação de normativos e da implementação de programas de avaliação. Contudo, são vários os estudos que reportam resistências e obstáculos aos programas de avaliação (Monteiro, 2009; Tavares, 2006) que em muito têm contribuído para dificultar o desenvolvimento de práticas estruturadas, consistentes e sistemáticas de autoavaliação (Azevedo, 2007; Costa, 2007; IGE, 2007, 2009, 2010a; Nunes, 2008), com comprometimento dos resultados perspetivados. A maioria das escolas tende a sobreviver independentemente do seu êxito, manifestando dificuldades e necessidade de apoio na construção da sua autoavaliação. Esta necessidade é-nos igualmente reportada por diversos autores (e.g., CNE, 2008, 2011; Díaz, 2003; Gomes & Fialho, 2013; IGE, 2007, 2009, 2010a), os quais defendem a importância de incentivar e apoiar, técnica e cientificamente, as organizações escolares nas suas práticas de autoavaliação na tentativa de transformar as fases informais e tácitas de avaliação em referenciais de conhecimento, que sirvam para uma avaliação formal.

O nosso estudo pretendeu responder a esta necessidade, perspetivando contribuir para o reequacionamento das modalidades de intervenção nas escolas e apontar caminhos que permitam, de uma forma mais alicerçada, otimizar o funcionamento do nosso sistema educativo através da autoavaliação. Propusemo-nos *conhecer práticas de autoavaliação institucional, compreender os fatores que facilitam e dificultam a assunção de práticas de autoavaliação sistematizadas nas escolas e, com base neles, delinear propostas de apoio à autoavaliação* na procura da raiz primeira do problema a investigar: *As escolas assumem práticas de autoavaliação sistematizadas? Estão preparadas para implementá-las? Reconhecem-lhes potencialidades para a melhoria da qualidade?*

Estabelecemos como questões orientadoras da investigação:

- Que fatores condicionam/facilitam a autoavaliação nas escolas do Alentejo?
- Que mecanismos de apoio poderiam contribuir para incentivar e apoiar as escolas nas práticas de autoavaliação?,

e elegemos para objetivos específicos do estudo: 1) caracterizar práticas de autoavaliação de escola; 2) identificar *boas* práticas de autoavaliação nas escolas; 3) identificar, descrever e analisar os constrangimentos que impedem as escolas de assumirem práticas de autoavaliação sistematizadas; 4) identificar, descrever e analisar os fatores que facilitam o trabalho das escolas na implementação de práticas de autoavaliação sistematizadas; e 5) elaborar propostas de apoio à autoavaliação das escolas.

2 Opções Metodológicas

Identificado o problema em estudo, partimos para a escolha da metodologia a utilizar. Optámos por uma investigação aplicada ou prática, movida pela resolução de um problema concreto e particular (Almeida & Freire, 1997), inserida no paradigma interpretativo e que recorreu a uma metodologia de investigação mista (porém, predominantemente qualitativa). Privilegiámos, numa primeira fase do estudo empírico, a estratégia de estudo de levantamento e, numa segunda fase, implementámos um estudo baseado nos pressupostos que alguns autores classificam como estudo de caso (Stake, 2009; Yin, 1987). Decidimos estudar, nesta segunda fase, quatro escolas.

A recolha de dados – realizada entre novembro de 2010 e novembro de 2012 – contemplou uma multiplicidade de métodos que nos facultaram um largo número de informações complexas e pormenorizadas, as quais analisámos – desde novembro de 2010, logo após a recolha dos primeiros dados e até novembro de 2013 –, à luz de um constructo teórico de suporte, através das técnicas de análise de conteúdo e de estatística descritiva simples, atendendo, respetivamente, ao cariz qualitativo e quantitativo dos dados.

No estudo de levantamento procedemos à análise dos relatórios e contraditórios do Programa da Avaliação Externa das Escolas (AEE) das unidades de gestão escolar (UGE) estudadas (com o intuito de recolher dados que permitissem caracterizar as práticas de autoavaliação institucionais anteriores à AEE) e à produção, validação e aplicação – em 2011 – de dois questionários *on-line*, disponibilizados a partir da plataforma *Limesurvey*. Um dos questionários foi dirigido aos diretores das UGE, no sentido de recolher

dados que permitissem caracterizar as práticas de autoavaliação implementadas no ano letivo 2010/2011 e o outro foi respondido por atores, das referidas UGE, diretamente implicados na autoavaliação, visando o conhecimento das suas perceções sobre as práticas de autoavaliação da escola e, sobretudo, sobre os fatores que, no seu entender, facilitam e dificultam os mecanismos de autorregulação.

No âmbito do estudo mais aprofundado das quatro escolas, a recolha de dados – realizada entre setembro de 2011 e novembro de 2012 – contemplou a análise de documentos diversos destas UGE (entre eles, documentos orientadores da ação educativa, documentos produzidos no âmbito do processo de autoavaliação da escola e o diário de campo que fomos construindo ao longo do nosso estudo empírico); o estabelecimento de conversas/contactos informais; a observação direta de reuniões das equipas de autoavaliação; e, por último, a realização de entrevistas semiestruturadas a diretores e a elementos das equipas de autoavaliação, orientadas por um guião que previamente elaborámos e validámos, no sentido de conhecer práticas de autoavaliação institucional, efeitos e expectativas, identificar boas práticas de autoavaliação e conhecer as perceções dos atores educativos sobre a autoavaliação e sobre os fatores que facilitam/dificultam o processo.

3 As UGE estudadas e os participantes

Não sendo exequível o envolvimento de todas as escolas públicas portuguesas (e de todos os seus atores) na investigação que implementámos, foi necessário proceder à delimitação do estudo e ao estabelecimento de critérios para a seleção quer das UGE a estudar, quer dos atores que iríamos convidar a participar no estudo empírico.

De acordo com os critérios estabelecidos, foram selecionadas, na primeira fase do estudo, as 45 UGE do Alentejo que participaram na AEE nos anos letivos 2008/2009 e 2009/2010 (1.º ciclo avaliativo). No entanto, e embora tenhamos iniciado o estudo às 45 UGE selecionadas (com a análise dos relatórios e contraditórios da AEE), como 6 delas não responderam a nenhum dos questionários que aplicámos, optámos por focar o nosso *olhar* apenas nas 39 UGE que devolveram os questionários preenchidos. Por sua vez, destas, selecionámos para estudar, mais aprofundadamente, na segunda fase, quatro – três agrupamentos de escolas e uma escola não agrupada –, uma delas avaliada com *Muito Bom* no domínio 5 da AEE; outra com *Bom*; e duas com *Suficiente*.

No que concerne à escolha dos participantes em ambas as fases do estudo, atendemos aos propósitos da investigação e afigurou-se-nos oportuno (e pertinente) privilegiar como participantes os diretores das UGE e os atores educativos intervenientes na dinamização das práticas de autoavaliação, nomeadamente os membros das equipas de autoavaliação, sempre que estas estivessem constituídas.

Assim, na primeira fase do estudo estiveram envolvidos os 39 diretores das UGE analisadas e 66 atores organizacionais intervenientes na dinamização das práticas de avaliação das escolas (62 docentes, 3 assistentes e 1 pai/encarregado de educação) – os respondentes aos questionários que aplicámos – e na segunda fase contámos com a participação dos 4 diretores das UGE estudadas mais aprofundadamente e com os elementos das suas equipas de autoavaliação.

Importa referir que a maioria dos participantes pertencia às comunidades educativas estudadas há, pelo menos, 6 anos, tendo, portanto, conhecimento – e, na sua maioria, contacto – dos processos avaliativos institucionais implementados antes, durante e após a AEE e, muito provavelmente, assistido e participado na avaliação externa da organização.

4 Principais Resultados do Estudo

As caraterizações que efetuámos às práticas de autoavaliação assumidas pelas UGE estudadas e o seu confronto permitiram-nos verificar que, a par das práticas informais de autoavaliação que vinham sendo adotadas, a maioria das escolas, na sequência da AEE, tomou consciência da necessidade de se autoavaliar e uniu esforços para a criação das condições necessárias (ou das condições entendidas como necessárias) para a formalização das suas práticas de avaliação institucional.

Grande parte dos processos de autoavaliação teve início no ano da AEE ou no ano imediatamente anterior (encontrando-se, portanto, numa fase inicial, à data da AEE); centravam-se quase exclusivamente nos resultados escolares e não observavam grande parte dos termos de análise referenciados, pela Lei n.º

31/2002, para a autoavaliação; eram assegurados, nas suas diferentes etapas, por docentes, não envolvendo alguns dos principais implicados na melhoria preconizada; e não eram sistemáticos, estruturados ou consequentes.

Com a (preparação da) participação na AEE, houve um despertar para a necessidade de realizar um diagnóstico e de procurar respostas e, seguindo uma lógica de reação-ação, a maioria das escolas deu início a uma *nova* linha de intervenção, edificando trabalho profícuo ao nível da autoavaliação institucional. Foram implementados processos de autoavaliação mais estruturados, abrangentes e formais; constituídas/reformuladas equipas de trabalho, ainda que nem sempre fossem verdadeiramente representativas da comunidade; adotados mais procedimentos de divulgação dos resultados, potenciadores de um maior envolvimento das comunidades educativas; e delineados e implementados mais planos e ações de melhoria.

Foram, de facto, dados passos muito importantes na edificação de práticas avaliativas com potencialidades de aprendizagem organizacional e ainda que persistisse, empiricamente, a noção do muito trabalho a fazer, assinalaram-se progressos decorrentes de uma alteração de práticas, marcada, fundamentalmente, por um avanço significativo no fazer avaliação. Assinalaram-se melhorias no funcionamento organizacional, no entanto a forma como as escolas têm conduzido o processo de autoavaliação (assim como a forma como as comunidades percecionam o próprio processo avaliativo) tem comprometido o alcance dos resultados perspetivados. Ainda que a maioria dos participantes na investigação tenha considerado que a comunidade educativa a que pertence estava razoavelmente preparada para implementar processos participados e consistentes, a caracterização efetuada e o discurso dos entrevistados revelaram que, embora estas tenham vindo a melhorar performances, não estavam devidamente preparadas para dar forma a uma autoavaliação institucional eficaz. Constatámos também que apenas os atores que contactaram com a autoavaliação de forma mais direta e ativa é que, efetivamente, conheciam e valorizavam o processo, acreditando na sua utilidade e nas suas potencialidades para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Questionados sobre as dificuldades sentidas na implementação das práticas de autoavaliação institucional, os participantes apontaram um conjunto de fatores dificultadores, uns internos e outros externos às organizações, com destaque para: *i)* a falta de preparação e de conhecimento dos atores, fruto, em parte, da falta de oferta de formação; *ii)* as lideranças pouco assumidas e clarificadas; *iii)* a instabilidade vivida nas escolas (potenciada pelas sucessivas alterações de regras e *rostos*); *iv)* a ausência de um bom clima de escola; *v)* o reduzido envolvimento e participação da comunidade educativa; *vi)* a pouca assertividade nos procedimentos e metodologias adotados (nomeadamente, ao nível do planeamento dos processos, das estratégias de comunicação nas comunidades e da abrangência dos modelos, entre outros); *vii)* a falta de programas gratuitos de acompanhamento e apoio à autoavaliação das escolas; *viii)* a falta de recursos financeiros; e *ix)* a ausência de uma cultura de avaliação.

Sempre que surgiram na forma afirmativa, no *bom sentido*, a maioria destes fatores foram referenciados como facilitadores do trabalho realizado pelas escolas na construção da sua autoavaliação. Foram, em concreto, entendidos como facilitadores: *i)* a constituição de equipas de autoavaliação com docentes com formação na área e capacidade, motivação e disponibilidade para a tarefa; *ii)* as lideranças capazes de planear e coordenar o processo, rentabilizando recursos (humanos, materiais e científicos) e sensibilizando/motivando os restantes atores para a autoavaliação; *iii)* um bom clima de escola; *iv)* o envolvimento e a participação ativa da comunidade (ou de alguns dos seus elementos) no processo; e *v)* o apoio/ parecer de entidades ou peritos externos, especializados na área. Os participantes destacaram ainda a importância da partilha de saberes e experiências entre escolas, da divulgação de *boas* práticas e algumas das decisões tomadas pela tutela, nomeadamente as que instituíram a obrigatoriedade da autoavaliação das escolas e possibilitaram a implementação da AEE.

Na identificação de boas práticas, os atores organizacionais focaram a maioria dos fatores acima referidos – a constituição de equipas; os recursos humanos afetados às equipas; as lideranças; a participação e o envolvimento da comunidade; e o acompanhamento/apoio ao processo –, para além de outras questões mais práticas do processo, relacionadas com o modelo perseguido e os procedimentos e metodologias adotados, os quais, no seu conjunto, têm vindo a permitir alguns avanços no seu desenvolvimento.

5 Considerações Finais

Chegado o momento das reflexões finais, importa referir que as conclusões potenciadas pela investigação que levámos a cabo têm um carácter específico e não podem ser generalizáveis a outros contextos, contudo não deixam de ser relevantes na medida em que confirmam a maioria dos estudos de suporte do

seu enquadramento teórico e ajudam a compreender a realidade e a construir saberes aplicáveis a casos análogos.

Este estudo põe em evidência o papel preponderante que a AEE tem vindo a assumir no *rumo* das escolas públicas portuguesas, sensibilizando-as (ou a alguns dos seus *stakeholders*) para a importância da implementação de processos formais e abrangentes de autoavaliação institucional (Alves & Correia, 2008; Costa, 2007; Fialho, 2011; Gonçalves, 2009; Rodrigues, 2013) e imprimindo-lhes algum ritmo e intencionalidade, estimulando a sua melhoria (Gonçalves, 2009; Pinho, 2011).

Entre avanços e recuos, as escolas têm dado forma à autoavaliação, embora se denote que se encontram ainda numa fase de exploração do processo mais na vertente de “melhor instrumento para se conhecer a realidade da organização” (Outeiro, 2011, p.26), “muito na lógica da conformidade (...) com o esperado pela avaliação externa” (Simões, 2010, p.70), do que de “instrumento de excelência para a melhoria contínua da escola” (Outeiro, 2011, p.26). De facto, as escolas têm vindo a efetuar bastante trabalho ao nível da autoavaliação institucional, contudo continuam a manifestar dificuldades – decorrentes de um conjunto de fatores dificultadores, internos e externos às organizações – na condução dos processos técnico-burocráticos e no *saber fazê-los* de forma abrangente e participada (Alves & Correia, 2008), podendo constituir-se este um dos maiores entraves à autoavaliação consistente, sistemática e eficaz.

Assim sendo, mais uma vez, através desta investigação, se justifica a necessidade de intervir, apoiando as escolas na construção da sua autoavaliação e daí que, à semelhança de outros estudos (e.g., CNE, 2008, 2011; Díaz, 2003; Eurydice, 2004; Faubert, 2009; Gomes & Fialho, 2013; IGE, 2007, 2009, 2010a; McNamara & O'Hara, 2008; Santiago et al., 2012), consideremos importante reinventar formas de apoio às escolas para que estas possam implementar processos potenciadores da qualidade desejada. Entendemos que a aposta terá de recair, fundamentalmente, e por esta ordem:

- i) na afetação de recursos humanos das escolas, com capacidades e conhecimentos, ao processo, garantindo-lhes algumas condições de trabalho imprescindíveis (nomeadamente, as que assegurem a sustentabilidade e estabilidade das equipas e a atribuição de tempos (comuns) para o desempenho da tarefa) (IGE, 2010a, 2010b);
- ii) na capacitação dos recursos afetos à autoavaliação, através da oferta de formação específica, gratuita e inserida num programa que motive a sua frequência (Afonso, 2007, 2010; Alves & Correia, 2008; Carrasqueiro, 2009; CNE, 2008; Costa & Ventura, 2005; Eurydice, 2004; IGE, 2010a, 2010b; Silvestre, 2013; Simões, 2010; Vianna, 2009);
- iii) na promoção de programas (gratuitos, flexíveis e adequados a cada uma das realidades) de apoio diretos às escolas, com um acompanhamento mais sistemático (Afonso, 2010; IGE, 2010a, 2010b; Oliveira et al., 2006) assegurado por estruturas qualificadas, regionais ou locais.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. J. (2007). Estado, políticas educativas e obsessão avaliativa. *Contrapontos*, 7(1), 11-22.
- Afonso, A. J. (2010). Políticas educativas e autoavaliação da escola pública portuguesa: Apontamentos de uma experiência. *Estudos de Avaliação Educacional*, 21(46), 343-362.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (1997). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (1ª ed.). Coimbra: APPORT – Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Alves, M. P. C., & Correia, S. M. T. (2008). A auto-avaliação de escola: Um estudo exploratório sobre os dispositivos de auto-avaliação das escolas públicas em Portugal. *Olhar de professor*, 11(2), 355-382.
- Azevedo, J. (2007). Avaliação das escolas: Fundamental modelos e operacionalizar processos. In CNE-ME (Ed.), *Avaliação das escolas: Modelos e processos (Actas de um seminário realizado em 13 de dezembro de 2005)* (1ª ed., pp.13-99). Lisboa: CNE.
- Carrasqueiro, E. (2009). Práticas de avaliação interna de uma escola: A pertinência da autoavaliação. In B. Silva, L. Almeida, Alfonso Barca, & M. Peralbo (Orgs.), *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp.3935-3945). Braga: CIEd - Universidade do Minho.
- CNE (2008). *Parecer n.º 5/2008, de 13 de junho: Parecer sobre avaliação externa de escolas (2007-2009)*. Diário da República, II série, n.º 113. Lisboa: INCM.

- CNE (2011). *Recomendação n.º 1/2011, de 7 de janeiro: Recomendação sobre avaliação externa de escolas (2007-2009)*. Diário da República, II série, n.º 5. Lisboa: INCM.
- Costa, J. A. (2007). Avaliação, ritualização e melhoria das escolas: À procura da roupa do rei... In CNE-ME (Ed.), *Avaliação das escolas: Modelos e processos (Actas de um seminário realizado em 13 de dezembro de 2005)* (1ª ed., pp.229-236). Lisboa: CNE.
- Costa, J. A., & Ventura, A. (2005). Avaliação e desenvolvimento organizacional. *Revista Infância e Educação: investigação e práticas*, 7, 148-161.
- Díaz, A. S. (2003). *Avaliação da qualidade das escolas* (1ª ed.). Porto: Edições Asa. (Obra original publicada em 2002)
- Eurydice (2004). *Evaluación de los centros de enseñanza obligatoria en Europa*. Madrid: Eurydice.
- Faubert, V. (2009). School evaluation: Current practices in OECD countries and a literature review. *OECD Education Working Papers*, 42. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1787/218816547156>
- Fialho, I. (2011). A avaliação externa das escolas no Alentejo. In B. Nico (Coord.), *Escola(s) do Alentejo: Um mapa do que se aprende no sul de Portugal* (pp.262-271). Mangualde: Edições Pedago.
- Gomes, S., & Fialho, I. (2013). Autoavaliação institucional: Um instrumento ao serviço da qualidade da educação. *Educação. Temas e problemas – A escola em análise: Olhares sociopolíticos e organizacionais*, 12 e 13, 157-173.
- Gonçalves, M. J. (2009). *Avaliação externa das escolas: Quando um agrupamento pretende uma escola de qualidade...* Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa.
- IGE (2007). *Avaliação externa das escolas: Relatório nacional 2006-2007*. Lisboa: ME.
- IGE (2009). *Avaliação externa das escolas 2007-2008: Relatório*. Lisboa: ME.
- IGE (2010a). *Avaliação externa das escolas: Relatório 2008-2009*. Lisboa: ME.
- IGE (2010b). *Programa acompanhamento: Auto-avaliação das escolas – Relatório 2010*. Lisboa: IGE.
- McNamara, G., & O'Hara, J. (2008). The importance of the concept of self evaluation in the changing landscape of education policy. *Studies in Educational Evaluation*, 34, 173-179.
- Monteiro, J. M. O. (2009). *Auto-avaliação de uma escola básica 2º e 3º ciclos: Aplicação do modelo CAF*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Nunes, E. M. (2008). *A auto-avaliação da escola: O PAVE como instrumento orientador*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Oliveira, P., Clímaco, M. C., Carravilla, M., Sarrico, C., Azevedo, J., & Oliveira, J. (2006). *Relatório final da actividade do grupo de trabalho para a avaliação das escolas*. Lisboa: ME.
- Outeiro, M. L. C. A. (2011). *Auto-avaliação de escola: Atitude dos professores*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Pinho, P. D. B. (2011). *Reflexos da avaliação externa na organização escolar: Um estudo num agrupamento de escolas do Baixo Alentejo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa.
- Rodrigues, M. C. M. (2013). *A avaliação no Agrupamento de Escolas Coura e Minho*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Braga.
- Santiago, P., Donaldson, G., Looney, A., & Nusche, D. (2012). *OECD Reviews of evaluation and assessment in education: Portugal 2012*, OECD Publishing. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1787/9789264117020-en>
- Silvestre, M. J. S. G. (2013). *Avaliação das escolas. Avaliação nas escolas*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, Évora.
- Simões, G. M. J. (2010). *Auto-avaliação da escola: Regulação de conformidade e regulação de emancipação*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Stake, R. E. (2009). *A arte da investigação com estudos de caso* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1995)
- Tavares, M. R. (2006). *Auto-avaliação de uma escola secundária: Aplicação do modelo de excelência da EFQM*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro.

- Vianna, H. M. (2009). Fundamentos de um programa de avaliação educacional. *Meta: Avaliação*, 1(1), 11-27.
- Yin, R. K. (1987). *Case study research: Design and methods* (7^a ed.). Beverly Hills, California: Sage Publications.